

O PÉRICLES “DITADOR” DE MARIO-ATTILIO LEVI

*Jose Antonio Dabdab Trabulsi **

Résumé

Mario-Attilio Levi, le grand historien italien de l'Antiquité, a écrit, au soir de sa vie (1980), un livre sur Périclès. Il a ainsi suivi l'exemple de son maître Gaetano De Sanctis, qui avait fait la même chose dans ses vieux jours, mais plus de 30 ans plutôt (1944). Comparaison n'est pas raison; presque tout oppose les deux "Périclès". Dans celui de Levi, nous pensons pouvoir observer des reminiscences de quelques unes de ses prises de position politiques de jeunesse.

Mots-clés: Mario-Attilio Levi; historiographie; fascisme; Grèce ancienne; Périclès.

Resumo

Mario-Attilio Levi, o grande historiador italiano da Antiguidade, escreveu, na etapa final de sua longa carreira, em 1980, um livro sobre Péricles. Ele seguiu, assim, de certa forma, o exemplo de seu mestre Gaetano De Sanctis, que tinha feito a mesma coisa em idade avançada, mais de trinta anos antes (1944). Aí acaba a comparação; quase tudo opõe os dois "Péricles". No de Levi, pensamos poder observar reminiscências de algumas de suas posições políticas de juventude, muito diversas das de De Sanctis.

Palavras-chave: Mario-Attilio Levi; historiografia; fascismo; Grécia antiga; Péricles.

Mario-Attilio Levi nasceu em Turim, em 1902. Ele foi aluno, na universidade da grande cidade italiana, de Gaetano De Sanctis, e obteve seu diploma de “laurea” em 1923, e a “libera docenza” em 1925. Em 1928, ele já ensina história grega e romana em Turim, e, em 1936, é nomeado “Professore Ordinario di Storia Romana” na Universidade de Milão, onde

* Professor Titular de História Antiga do Departamento de História da UFMG.

permaneceu por 41 anos. Tomamos estes dados sobre Levi de uma notícia biográfica e bibliográfica muito resumida mas na qual, apesar disso, vemos a preocupação de se observar que “a partir de 8 de setembro de 1943, ele fez parte da frente de resistência da Aeronáutica Militar na cidade de Roma, tendo participado de ações armadas, pelas quais recebeu a medalha de prata do valor militar. Ele foi, em seguida, destinado à divisão “Friuli” na guerra de libertação, foi ferido em combate e, mais uma vez, decorado com o Valor militar” (LEVI, 1980, p. 339-340).

Certos “erros de juventude” custam caro, e por muito tempo; que aos 78 anos, e numa biografia de Péricles, ainda se sinta a necessidade de lembrar atos de resistência da “vigésima-quinta hora” é um bom – e um pouco penoso – exemplo de uma constante aspiração a se resgatar, por parte de um autor que, nos seus anos de juventude e de início de carreira intelectual, distinguiu-se por sua firme adesão ao fascismo, adesão sobre a qual, evidentemente, a notícia biográfica em questão não diz uma só palavra.

Ao escrever esta biografia de Péricles nos seus últimos anos de carreira, Levi seguia os passos de seu mestre De Sanctis, que tinha publicado em 1944 (ele que tinha nascido em 1870) seu “Péricles” (DE SANCTIS, 1944). Que estranha necessidade, para mestre e aluno, de escrever sobre a mesma figura, mais ou menos na mesma idade, com mais de 30 anos de intervalo (1944-1980)! Ora, as relações entre os dois não foram nada simples. Gaetano De Sanctis, o grande historiador católico da Antiguidade, havia se distinguido por um ato de resistência ao fascismo no auge de sua glória e força, ao se recusar a assinar o juramento de fidelidade ao regime, o que o lançou no ostracismo e o obrigou, de certa forma, a se afastar de suas pesquisas de história romana, então mergulhadas, na Itália, num clima de romanolatria oficial fascista. Tal atitude foi um ato de coragem por parte de um historiador que, em plena idade madura, tinha muito a perder no episódio. Muito diferente foi a atitude de seu ex-aluno Levi, que tomou posição pelo fascismo, não apenas politicamente, mas também na sua interpretação do passado romano.

Num livro de 1934, **Roma negli studi storici italiani** (LEVI, 1934), Levi escreve que “nós, italianos, seguindo a linha historiográfica fixada por Mussolini, deveremos buscar nessa história, a origem longínqua e o nascimento no sangue da nossa nação” (*in* CANFORA, 1991, p. 88). A adesão é clara, e ele se permite criticar um livro de seu mestre, a **Storia dei**

romani, na qual aponta sensibilidades e interesses substancialmente “anti-romanos”, perfeitamente explicáveis, segundo ele, por certas vicissitudes culturais e espirituais recentes, às quais opunha o escrito mussoliniano (escrito por E. Pais?) **Roma antica sul mare**, que define como “o único até hoje realmente adaptado ao espírito da nova civilização italiana”. Pode-se, explica Canfora, compreender então como, anos mais tarde, depois da guerra e da derrota do fascismo, no início do seu livro sobre o **Tempo di Augusto**, de 1951, Levi implora De Sanctis, “ilustre e caro mestre”, a permissão de dedicar-lhe o livro!... (CANFORA, 1991, p. 88).

Tudo que se refere às posições políticas de Levi é hoje bem conhecido e muito bem estudado, em especial, por Luciano Canfora, e não tenho nada de novo a acrescentar. O problema que eu me coloco é outro: da mesma forma que o livro tardio de De Sanctis é extremamente interessante e revelador de seu pensamento, será que o mesmo se produziu com o livro, igualmente tardio, de Levi? Péricles teria sido, tanto para o mestre como para o aluno, uma espécie de “personagem-testamento”?

O livro de Levi, publicado em Milão pelo editor Rusconi, em 1980, fazia parte de uma coleção de biografias em que figuram também Juliano, Cleópatra, César, Talleyrand, Alexandre e outros. Seu título, **Pericle. Un uomo, un regime, una cultura**, anuncia um estudo global, não apenas de Péricles, mas de toda a sua época, com uma atenção especial para as questões culturais. Péricles é uma figura que evoca toda uma série de questões, um ótimo “teste” sobre as opiniões dos autores que a ele se dedicam. Péricles é uma espécie de revelador, ou de reagente (no sentido químico), e os autores são quase obrigados a se descobrir. Com Levi, não aconteceu de outra forma. Vamos começar com algumas evocações, antes de retornar mais profundamente a cada aspecto.

No início do livro, há uma opinião sobre a sofística. Ora, a sofística é sempre um bom “teste” de opinião democrática. Segundo Levi, “a degeneração pedagógica da sofística consistia no ensino da forma de persuadir a qualquer preço, usando argumentos eficazes ainda que a tese fosse falsa”; mas, segundo ele, dessa escola nasceram os procedimentos superiores da pedagogia clássica e, sobretudo, “a didática da discussão e da busca do verdadeiro por intermédio do diálogo, ou seja, o sistema socrático, e também o ensino por meio dos modelos e dos testes paradigmáticos, praticado por Sócrates” (LEVI, 1980, p. 11). Podemos identificar aqui uma opinião

relativamente positiva sobre a sofística, não enquanto tal, é verdade, mas enquanto uma “etapa necessária” em direção a ganhos de civilização mais preciosos.

Interessante também, nesse início de livro, é sua opinião sobre Aspásia, “mulher de grande cultura e educação superior”, mas que, nativa de Samos, não tinha direito a casamento legítimo com um ateniense. “Aspasia, apesar do fato de não ser mais que uma concubina, soube obter para ele muitas amizades nos meios intelectuais” (LEVI, 1980, p. 13).

Igualmente interessante é sua análise da figura pública de Péricles, e de sua vida privada: “Devemos ainda lembrar que na época de Péricles e sob o seu governo, a política do grupo social que dirigia a cidade-Estado apoiava-se sobre as camadas populares e médias do corpo cívico, de tal forma que convinha fazer de tudo para agradar a tais camadas da população, que possuíam poucos recursos, e não demonstrar qualquer forma de luxo ostentatório, levando uma vida austera conforme as possibilidades e os gostos dos mais pobres”. Dessa forma, havia um nivelamento, e as roupas típicas da aristocracia do VI século “tinham se tornado não apenas impopulares, mas até provocatórias” (LEVI, 1980, p. 14). O que Levi entende por isso, é que o que chamaríamos de sociologia política do “partido” popular, molda (ou ajuda a moldar) a vida privada do líder político. Para além dos gostos particulares de Péricles, existem imperativos políticos aos quais ele está ligado ou amarrado. O que significa – e talvez haja aqui razões de descontentamento para Levi – que os ricos atenienses se encontram sob a pressão do *démos*, até no nível da simples forma de vestir.

O interesse da história de Atenas e de Péricles, aos olhos de Levi, é que se trata de um caso único: “O que foi e permanece realmente único no mundo grego foi o fato de que um governo que se apoiava numa classe de despossuídos, que as leis teriam desejado deixar fora da participação no exercício do poder político, e até do simples nível da administração”, que um tal governo tenha podido funcionar assim; de forma que, “Atenas estava numa situação não destinada a se repetir ou a se renovar em todo o mundo antigo”; e que isso “determinou uma civilização diversa, uma cultura ética e religiosa particular, uma mortificação nas classes possuidoras e um confinamento do poder nas mãos de uma oligarquia muito restrita, que se tornou, com Péricles, uma monarquia” (LEVI, 1980, p. 21). Antes de voltarmos a uma análise mais detalhada dos aspectos políticos, observe-

mos, por enquanto, essa atenção de Levi aos aspectos globais: uma cultura, uma ética, uma religião específicas, e não apenas uma política.

No final de seu capítulo introdutório, Levi cita, entre outras referências bibliográficas, não o **Pericle** (DE SANCTIS, 1944), ao qual ele atribui pouca importância, mas outro livro de De Sanctis: “Antes de tudo, devemos assinalar a singular importância que tem ainda, para a história da Atenas arcaica e pericleana, a *Atthis*. “(**Storia della repubblica ateniese dalle origini all’età di Pericle**. Turim, 1912; nova edição com acréscimos inéditos, Florença, 1975)”. Reverência e fidelidade ao mestre (ou consciência culpada?), ainda em 1980.

Mais adiante no seu texto, Levi aborda os grandes problemas políticos da cidade de Atenas, como, por exemplo, através do comportamento de Címon, as relações entre chefe e povo: “A liberalidade de Címon era uma iniciativa evidentemente dirigida à conquista de adesões e de popularidade, e a tradição histórica percebe com exatidão os objetivos dessa generosa forma de busca do favor político e eleitoral, com meios praticados em todas as épocas, mas especialmente apreciados num contexto no qual uma das qualidades principais das grandes personagens era a *everghesia*, a vontade e a possibilidade de fazer o bem do próximo” (LEVI, 1980, p. 86). Nessa explicação da generosidade privada de Címon, no contexto da luta pelo poder (em especial contra os Alcmeônidas), ele prepara, de forma muito clara, uma futura explicação sobre a generosidade “pública” de Péricles.

Nesse livro, Levi vai se colocar várias vezes em situação de “ruptura” com interpretações usuais da política e da história de Atenas. Vemos um bom exemplo disso na sua explicação sobre os tempos de Efilates: “Na realidade, nessa época, havia uma tendência política, que os Alcmeônidas e seus partidários brandiam como arma de luta política, e que se referia a um conceito de democracia que queria dizer ‘governo no interesse do povo’ mais do que ‘governo do povo’” (LEVI, 1980, p. 87). Interpretação contestável do termo, mas que permite a ele, sem dúvida, preparar a continuação de sua análise... que surpreenderá muita gente, como veremos em seguida.

Levi prepara a análise de Péricles e de sua política explicando a dos seus predecessores: “Os dezesseis anos consecutivos de estratégia de Címon foram um período de monarquia do seu ramo da casa dos Filaidas: uma longa série temporal, ao longo da qual, não obstante uma oposição contínua, o grande *ghénos* continuou a impor a política interna e externa que lhe

era própria” (LEVI, 1980, p. 100). Essa “monarquia” de Címon prepara, de alguma forma, a explicação posterior sobre a “monarquia” pericleana.

Quando ele passa em revista as fontes e a bibliografia sobre a democracia ateniense, considera “que é inevitável, e que ninguém, aliás, tenta evitar, tomar posição, por vezes de forma passional, quase sempre de forma anacrônica, em favor ou contra a democracia de assembléia e igualitária de Atenas” (LEVI, 1980, p.104). Inevitável, passional, e quase sempre anacrônica; a avaliação de Levi é interessante e, aliás, quem sabe, aplicável a ele próprio.

O livro de Levi sai muitas vezes das interpretações consagradas na bibliografia sobre Atenas e Péricles; por exemplo, quando ele fornece uma muito boa e muito pouco comum análise da encomenda por Péricles a Fídias da grande estátua de Atena Prómachos (guerreira), visível do mar, no contexto de uma promessa de guerra contra os Persas... ou então contra aliados reticentes (LEVI, 1980, p. 118)! Testemunho interessante de sua atenção aos dados culturais e culturais na análise histórica. Por vezes, com riscos de sobreinterpretação, como na sua explicação sobre o teatro: “Um típico sistema pericleano de luta e de divulgação de programas políticos é o recurso à tragédia como meio de comunicação. A cinco anos de distância, os *Persas* e os *Sete* manifestam as duas faces complementares da diplomacia pericleana (...)” (LEVI, 1980, p. 125). Ele dá uma interpretação do contexto político que é aceitável, mas de lá a ver o teatro como um meio tão “instrumental” da política do momento, como ele faz aqui, vai uma distância...

Levi fornece uma análise da figura de Péricles indissociável das condições nas quais ele agiu politicamente: “Veremos a que tipo e a quantos condicionamentos de política interna Péricles esteve submetido, mas o certo é que, em muitos aspectos, ele tinha menos liberdade nos seus cálculos, previsões e decisões, do que tiveram seus predecessores, como Címon, que não precisavam se preocupar tanto quanto ele das exigências e das expectativas nunca estáveis da parte mais numerosa, mas economicamente mais fraca, menos preparada e mais impressionável, da assembléia popular e do conselho escolhido por sorteio” (LEVI, 1980, p. 140). Para Levi, o ideal é o chefe com uma ampla autonomia de decisão; o povo aparece na sua análise como um obstáculo (exigências, expectativas sempre mudando, impressionabilidade, falta de preparo). Ele aparece assim, e mais de 30 anos mais tarde, como claramente mais hostil ao povo de Atenas do que seu mestre De Sanctis (De Sanctis, 1944, p. 76-77).

Essa visão se completa com uma opinião negativa do povo e da mistoforia, fonte de egoísmo em política: “De fato, com o pagamento de um salário pela participação nas assembleias públicas e por todas as funções do Estado, chegava-se ao ponto que as maiorias fossem constituídas de gente privada de experiência política e de prática dos assuntos militares e econômicos, muito necessitados, com o medo da vida aleatória do dia a dia, e por isso sempre ansiosos, com seus interesses pessoais imediatos”. Ou seja, ele é muito claro, o interesse pessoal em política é sempre muito nefasto e condenável. Vemos também, no prosseguimento da mesma análise, a que ponto, para Levi, o contato do chefe com as instâncias coletivas da cidade é uma obrigação penosa, algo quase nojento: “Os camponeses que temiam as incursões e a perda das colheitas, ou os indivíduos que temiam os aumentos de preço, esperavam das autoridades decisões que não iam além de suas próprias preocupações imediatas e particulares, e Péricles que, por necessidade política, estava em contacto com a assembleia, com a *boulè* e com os prítanos em todos os momentos de sua ação no governo e no comando, encontrava nessas maiorias um limite prejudicial às escolhas e às decisões” (LEVI, 1980, p. 140).

Pouco a pouco, Levi se aproxima da própria figura de Péricles, que ele tenta dissociar do povo de Atenas: “A educação recebida, o nível cultural atingido, o caráter reservado que derivava do seu pertencimento a um meio aristocrático, muito afastado por todas as razões das massas populares, não permitem de forma alguma pensar que Péricles tenha sido imprudente ou superficial. Não há dúvida de que Péricles, animado de ambições tenazes para sua cidade, cujo destino tinha se tornado indissociável de seu destino pessoal e da opinião que dele se tinha na cidade, encontrava-se muitas vezes confrontado à necessidade de escolher entre o risco e o abandono; mas um homem que, fora das funções públicas, gostava de estar em casa com poucos amigos, que fugia das multidões, das festas e dos divertimentos comuns do seu tempo, devia, por necessidade e por disponibilidade de tempo, ter o hábito da reflexão, apesar de não lhe faltarem a energia e o gosto do risco que podia levar ao sucesso” (LEVI, 1980, p. 140-141). Trata-se, como se pode ver, do nobre que vai ao sacrifício, obrigado a frequentar as massas, pensando no bem de sua cidade...

Como poderia se produzir tal contacto entre o bom e menos bom, entre o chefe e as massas? Pelo intermédio da arte oratória: “Como outros chefes políticos que fundavam o seu poder numa relação direta com as

massas politicamente não-responsáveis, Péricles foi um grande orador, e a arte oratória teve para ele uma importância excepcional, enquanto instrumento de governo. É muito provável que o apelido de *Olímpico*, que era atribuído a ele em Atenas, proviesse sobretudo do seu caráter e da sua vida distante e reservada, como a vida dos deuses no Olimpo. Em tal caso, o apelido teria tido um certo fundo de crítica e de impopularidade. Mas existe também uma tradição, pouco crível, mas igualmente significativa, que explica o apelido pela eficácia de sua oratória, que seria como o trovão do Zeus Olímpico no céu” (LEVI, 1980, p. 141). Isso é muito importante para um classicista como Levi, pois corresponde a uma das aquisições eternas da cultura antiga, a arte oratória, com todos os seus desenvolvimentos clássicos, helenísticos e romanos.

A arte oratória se afirma na sua análise como um verdadeiro e preciso instrumento de controle social: “No mundo ateniense, sob o governo de Péricles, seus maiores discursos, que o historiador Tucídides reconstrói com um propósito muito elaborado de fidelidade substancial (mas não textual) ao que foi originalmente dito, são a prova do tipo de relação que ele tinha com os cidadãos, das idéias com as quais ele obtinha o apoio das majorias e abria horizontes de esperança aos atenienses, fazendo-os ver o dia em que ele os tinha conduzido a ser um povo rico e dominador” (LEVI, 1980, p. 142). Para ele, a eloquência é um puro meio de controle do chefe sobre a multidão. Ele não imagina que a recepção possa ter um poder sobre os oradores, menos ainda sobre um orador de exceção como Péricles. Ora, ele escreve esse livro numa época em que as pesquisas sobre o poder da recepção já existiam e, o que é paradoxal, ao mesmo tempo que considera que os chefes, em Atenas, estavam limitados e controlados pelas multidões.

Um dos traços mais constantes da análise de Levi sobre Péricles é que ele é constantemente oposto a Címon, que assume um espaço no seu texto muito maior que o habitual nos livros sobre Péricles: “Os Antigos diziam que Címon era muito rico e podia se permitir conquistar o favor dos mais pobres dentre os cidadãos, enquanto que Péricles, não possuindo meios para tais liberalidades, precisava recorrer ao sistema de pagar pelo exercício das funções públicas, e pelas participações na assembléia e nos tribunais (a mistoforia), afim de também obter o favor da massa dos tetas” (LEVI, 1980, p. 147-148). A formulação neutra, “escondida” atrás da opinião dos Antigos, é uma maneira de reforçar sua própria opinião sobre a questão, sem qualquer dúvida.

Toda a sua explicação sobre a história política de Atenas revela suas opiniões hostis ao povo. Assim, em relação a tudo o que se refere aos procedimentos de sorteio: “A desvalorização do arcontado, que resulta da demagogia igualitária do sorteio, levou ao reforço do papel do colégio de estrátegus”; e nós já podemos observar a crítica dessa “demagogia”, e não “democracia” igualitária. Mas ele prossegue nessa linha: “Por outro lado, o poder que provém de uma eleição ou de uma nomeação feita por uma autoridade é sempre muito superior ao que é conferido por um sorteio” (LEVI, 1980, p. 149). O que ele apresenta com um tom de constatação pura e simples, é, na verdade, uma tomada de posição política. Isso tem por consequência uma avaliação muito rara, que faz retroceder as origens da “decadência” política ateniense ao próprio Címon: “Aconteceu assim que Címon agravou ainda mais a situação precária e a decadência do arcontado, abrindo o sorteio a classes que não podiam ter recebido a educação suficiente” (LEVI, 1980, p.151). Sua hostilidade profunda ao sorteio, que ele alarga retrospectivamente até Címon, é um bom indício de sua aversão ao povo; ele nem espera por Péricles para enxergar uma degradação política. Para ele, trata-se de demagogia: “O sorteio era uma prática arcaica, uma espécie de ‘justiça de deus’ que convinha às aristocracias, no seio das quais todos se consideravam igualmente capazes de governar, e que então deixava a escolha aos deuses, que faziam prevalecer seu preferido. A demagogia continuou o sorteio em aparência, para afirmar que todos eram iguais, inclusive os aristocratas, negligenciando o fator educativo e cultural, que no IV século deveria, ao contrário, tornar-se determinante” (LEVI, 1980, p.150-151).

Outro dado constante nos livros sobre Péricles encontrará em Levi uma análise pouco habitual: a questão das obras públicas, estudadas numa parte intitulada “Autocracia de Péricles. As obras públicas” (LEVI, 1980, p. 200-207). Essas páginas relatam as obras da Acrópole, não sob o ponto de vista habitual (elogio, admiração estética, etc.), mas, sobretudo, sob um ponto de vista político-religioso, como uma atitude nova face ao divino, difícil de aceitar por parte dos tradicionalistas, quase sacrílega. Ele atribui muita importância às críticas da oposição, seja as críticas de natureza piedosa, seja as de natureza financeira, como as despesas dos recursos da Liga de Délos para outros fins, ou ainda, os escândalos e corrupções diversas no uso do dinheiro público. Não contesta a esperteza propriamente política das grandes obras, como o fato de fornecer trabalho, estimular a economia, realçar o prestígio internacional da cidade, mas, precisamente, ele o faz

quase à maneira de um adversário da época. Por exemplo, quando diz que “ainda de um ponto de vista financeiro, circulavam até suspeitas de desvio de dinheiro público e apropriação indébita de materiais preciosos, como ouro e marfim, utilizados pelos artistas. Além disso, era possível polemizar com facilidade, comparando as munificências de Címon, o qual, tendo enriquecido muito, gastava seu próprio dinheiro com as despesas de Péricles, feitas com o tributo dos aliados” (LEVI, 1980, p. 201).

O tom da análise se torna cada vez mais o de um adversário puro e simples. Quando ele explica a oposição a Péricles, ele se torna quase um adversário, ultrapassando os limites da neutralidade do historiador: “Essa luta tinha no escrúpulo religioso e no respeito às regras do culto um dos seus motivos. Os outros motivos eram a subversão da ordem social, o abuso dos aliados em todos os campos, a falsidade e a mentira que estavam na própria base do regime político interno que Péricles continuava e representava” (LEVI, 1980, p. 207). Ele chega assim, muito naturalmente, ao Velho Oligarca. Relata suas afirmações e nega que se trate de um documento exprimindo a posição política da velha aristocracia, pois, segundo ele, falta ao texto a condenação do sacrilégio. Estima que, a despeito da oposição, o Velho Oligarca “não sonha com golpe de Estado ou com restauração aristocrática e, portanto, apesar de não aprová-lo, aceita a contra gosto o regime popular e suas exigências demagógicas” (LEVI, 1980, p. 208). Essa denúncia, por Levi, das “exigências demagógicas”, coloca-o numa posição de oposição ainda mais dura que a do próprio Velho Oligarca.

Ele continua seu exame do “opositor anônimo”, como chama o Velho Oligarca, relatando as críticas deste à liberdade deixada aos escravos e aos *metecoi*, mas nota que o autor não fala das mulheres nos mesmos termos, explicando isso pela distância no tempo entre o texto (ele acredita numa datação muito alta da obra) e os anos de 412 e seguintes, os anos das peças de Aristófanes, “ou seja, a época na qual a lógica do igualitarismo demagógico influía sobre os hábitos e sobre as exigências das mulheres e chegava ao absurdo de querer a igualdade do que a natureza faz diferente” (LEVI, 1980, p. 210). Haveria muito a dizer sobre tal afirmação. Sob o ponto de vista do conteúdo da análise, é duvidoso que as peças de Aristófanes discutam uma mudança real do comportamento das mulheres atenienses daqueles anos. Duvidoso para não dizer mais; mas o que intriga, ainda mais que isso, é que temos alguma dificuldade em saber se o “absurdo” denunciado é um absurdo para os Atenienses da época, ou então para o próprio Levi...

Acho que devemos nos inclinar por Levi, ou, então, ele deixou sua caneta escorregar para uma ambigüidade voluntária, o que dá no mesmo.

Todas essas páginas sobre o “opositor anônimo” retomam o vocabulário sobre a “demagogia”, colocado sempre de forma ambígua (o autor do texto antigo ou o próprio Levi?). Tal tema fornece a ele uma boa transição para falar da cidadania ateniense e suas vantagens: “por volta de meados do V século, as vantagens representadas pelo pertencimento à cidadania tinham se tornado realmente importantes e, com o serviço nos barcos, a presença na assembléia popular, o salário para os cargos públicos e os tribunais, quando se era sorteado, era possível a um cidadão ateniense viver uma boa parte do ano sem realizar qualquer trabalho, sem falar das freqüentes ocasiões de se estabelecer definitivamente, participando de uma fundação colonial e tornando-se assim, fora de Atenas, um pequeno proprietário fundiário” (LEVI, 1980, p. 213). Vemos, portanto, que Levi, que a idade aproxima dos historiadores da primeira metade do século XX, mas que escreve esse livro numa época em que a Antiguidade não é mais um modelo a ser imitado, coloca-se no campo dos que consideram o ateniense como um “ocioso”.

A vida política era difícil, com um povo manipulado, que se torna quase um “obstáculo” para os líderes: “Por um lado, um político que devia continuamente tratar com uma assembléia popular incitada pelos demagogos sem escrúpulos a não enxergar nada que não fossem as pequenas vantagens e as satisfações individuais quotidianas, devia levar em conta as expectativas e as aspirações suscitadas nas massas” (Levi, 1980, p. 214). A análise dos cidadãos leva ao exame da lei de cidadania de 451/450. Ele explica as razões, sem qualquer novidade, mas com um tom de nostalgia em relação aos hábitos de casamento internacional da aristocracia arcaica, para os quais “a lei de Péricles era uma grave restrição” (LEVI, 1980, p. 215). Enquanto que seu mestre De Sanctis atribuía uma grande importância à mesma lei, mas com um olhar voltado para o futuro de Atenas e da Grécia, lamentando que uma lei de cidadania restritiva impedisse a unificação da Grécia sob a autoridade ateniense (DE SANCTIS, 1944, p. 164-165), Levi critica a mesma lei com um olhar voltado para o passado nobre. Da mesma forma, quando ele explica o clima hostil ao luxo aristocrático (LEVI, 1980, p. 221), sentimos uma lamentação no seu texto...

A visão de Levi acerca do papel do povo em matéria política é fundamentalmente negativa: “Quando os homens de governo, ainda que aristo-

cratas de nascimento, começaram a se servir das seduções da demagogia para conseguir obter as maiorias nas assembléias de massa, a diferença, o contraste e o ódio entre os grupos sociais se tornaram ainda mais agudos e dramáticos” (LEVI, 1980, p. 221). Levi lança uma verdadeira acusação política de incitação ao ódio, como se política de assembléia desembocasse inevitavelmente na luta de classes. Para Levi, não há nunca “democracia”, sempre “demagogia”: “A igualdade dos cidadãos diante das leis (isonomia) e a liberdade de palavra (isagoria) foram utilizadas com a perversa vontade de corrupção demagógica, para a busca da popularidade e do poder, e a liberdade foi rapidamente destruída pela licença” (LEVI, 1980, p. 221).

Levi tem os olhos constantemente voltados para o passado da cidade: “O governo democrático, de um lado, negava a liberalidade das tradições atenienses ao recusar cidadania, direito de casamento e legitimidade de nascimento aos outros gregos, mas com a outra mão semeava idéias equívocas de paridade, que conduziam a negar o reconhecimento do respeito devido à idade, à superioridade intelectual e moral, e chegavam a não aceitar a diferença entre os sexos, ainda que fosse uma reação compreensível à condição que se fazia no passado às mulheres, às esposas e às mães” (LEVI, 1980, p. 221). Apesar de um certo recuo estratégico *in extremis* no que se refere às mulheres (mas apenas em parte), ele sente saudade da sociedade hierarquizada que a democracia teria desmantelado... Contestável (em parte) enquanto análise histórica, mas revelador do ponto de vista dos próprios ideais sociais de Levi.

Levi fornece, muitas vezes, leituras do passado ateniense em ruptura com as interpretações habituais, o que tem o mérito de estimular a reflexão. Mas, no fim das contas, tais rupturas de interpretação aparecem como inaceitáveis, se levamos em conta suas segundas intenções. Nós já indicamos algumas delas; eis, aqui, outra muito significativa. Quando Levi explica a história e as funções das *hetairias*, ele não tem a visão crítica que encontramos muitas vezes nos outros historiadores da Antiguidade, em especial, seu papel durante certo período do regime democrático. Normalmente, as *hetairias* não estão longe de aparecer como células de subversão política, agrupamentos de conspiradores sempre alerta. Ora, Levi explica a *hetairia* como uma espécie de “centro de resistência” da cultura aristocrática, ameaçada pelo regime e pela cultura democrática! Seu texto fica claramente de um dos lados: “era a aristocracia de sangue e de riqueza que devia defender antes de tudo suas próprias tradições religiosas, em seguida os

patrimônios e todos os seus interesses, contra um regime que se tornava sempre mais forte e decidido a destruí-la no seu poder econômico, além de destruí-la na sua fé, seus hábitos e sua maneira de viver” (Levi, 1980, p. 224). As *hetairias* são uma reação a uma decadência: “As *hetairias*, dessa forma, acabaram obtendo influência e reagiram à decadência e à impopularidade do próprio conceito de aristocracia nas decisões da assembléia popular e dos órgãos de governo, nas eleições e nos procedimentos judiciais. Durante o regime democrático, elas se tornaram ligas de resistência e de assistência mútua entre pessoas e grupos que se sentiam ameaçados pelo poder popular” (LEVI, 1980, p. 224). E tal assimilação das *hetairias* a “ligas” remete, sem dúvida, a realidades bem precisas da política contemporânea...

Mas vamos deixar um pouco de lado os nobres e voltar ao povo. Levi tem uma visão muito negativa do povo reunido: “no meio de alguns milhares de indivíduos que compreendem pouco ou mesmo nada do que está em discussão” (LEVI, 1980, p. 226). É interessante, pois ele parece até muitas vezes mais severo do que o Pseudo-Xenofonte, reconhecia no povo de Atenas uma certa clarividência em matéria política. Essa visão de Levi se prolonga em todos os aspectos, especialmente o sorteio para a *Boulè*: “Na base de sua situação política estava, entretanto, o fato de sua origem no sorteio, que não apenas lhe conferia um escasso prestígio, mas que a impedia de ter um real poder político, como ela poderia ter tido, caso tivesse sido eletiva” (LEVI, 1980, p. 227). Ora, tal visão histórica do Conselho ateniense desprovido de poder é mais do que contestável, mas os pressupostos de sua análise tornam-se, assim, ainda mais claros: a eleição é superior ao sorteio como meio de escolher os membros do Conselho, aliás, todas as outras funções.

O exame dos métodos de escolha dos dirigentes leva Levi de volta a Péricles e à explicação do que ele chama os “poderes excepcionais” que lhe foram atribuídos. Levi explica, ao longo de várias páginas (LEVI, 1980, p. 228-231), os mecanismos de recondução dos estrategos e, sobretudo, o fato que, por duas vezes, a tribo de Péricles teve dois estrategos no mesmo ano, sendo Péricles um deles. Levi situa tal fato no mesmo plano que o esquecimento da lei segundo a qual os tetas não podiam ocupar as funções de governo da cidade. Ele considera os dois casos como fatos “ilegais”: “era evidente que o caráter excepcional do procedimento significava que Péricles tinha, em realidade, um poder que ultrapassava as fortes garantias contra a tirania que haviam sido estabelecidas pelas reformas de Clístenes” (LEVI, 1980, p. 229). A partir daí, sua análise e seu vocabulário tornam-se

cada vez mais duros: “a infração às antigas leis, não apenas em sua letra mas também em seu espírito, era entretanto manifesta e flagrante, da mesma maneira que a outra ilegalidade do regime democrático (...) o poder excepcional de Péricles está ligado à ilegalidade das funções públicas atribuídas aos tetas, e sua vitória sobre Tucídides de Melésias se explica sempre através da mesma situação de inobservância das leis” (LEVI, 1980, p. 230). O Péricles de Levi é um chefe fora da lei; isso já bastaria para surpreender o leitor; mas ele não fica por aí, indo ainda muito mais longe.

É o próprio exercício do poder por Péricles que é visado por Levi: “então Péricles, na sua luta contra a oposição, reagrupava interesses ligados à sua política e à sua pessoa, que explicam bem seu sucesso pessoal. A partir desse momento, a oposição foi silenciada, ao se lhe retirar seu chefe através de um ostracismo, ostracismo que não teve por objetivo evitar uma tirania, o que deveria ser o objetivo do procedimento segundo a lei, mas sim torná-la possível” (LEVI, 1980, p. 231). É um Péricles-tirano que é delineado na análise de Levi, uma expressão chocante, muito em ruptura com todas as análises de Péricles fornecidas pelos historiadores da Antiguidade em geral. Mas ele não se contenta nem com esse Péricles-tirano; vai ainda mais longe, se é que é possível: “Tucídides, na sua história, fornece a melhor definição do regime que foi criado com o ostracismo do seu homônimo, filho de Melésias: no nome, uma democracia, mas na realidade o governo do primeiro entre os cidadãos. Em substância, como todos os ditadores, Péricles tinha um ponto fundamental de programa político, e era o de se manter no poder” (LEVI, 1980, p. 231). Péricles, como todos os “ditadores”, é, em minha opinião, uma formulação extremista, jamais utilizada, com a mesma carga acusatória, por qualquer outro historiador, a começar pelo próprio Tucídides, que não poderia tê-la utilizado, é óbvio, mas que, sobretudo, tinha em mente algo de muito diferente de uma realidade de tipo ditatorial. Uma formulação que, por outro lado, ele não poderia ter encontrado no seu mestre De Sanctis, do qual ele cita o **Pericle** na bibliografia do capítulo, sem qualquer comentário, e que, certamente, teria desaprovado um tal desvio de análise.

Para continuar mais um pouco no paralelo entre Levi e De Sanctis, uma perspectiva totalmente oposta entre eles pode ser percebida na abordagem da colonização pericleana. Levi explica a fundação de Thourioi, seus ideais pan-helênicos, para considerá-los como pura propaganda: “os reais motivos da política de Péricles estão ligados às aspirações fundamen-

talmente hegemônicas dos cidadãos atenienses, ou, mais precisamente, daquela parte dos cidadãos da qual derivava o seu poder” (LEVI, 1980, p. 238). Fora o idealismo colonizador de De Sanctis, viva o realismo cru de Levi! É verdade que ele escreve seu livro uma geração mais tarde, quando toda a história da descolonização contemporânea tinha seguido seu curso...

Um dos traços constantes da análise histórica de Levi nesse livro é que democracia e liberdade são constantemente opostas, como dois conceitos fundamentalmente inconciliáveis: “A grande arma judiciária sobre a qual repousava a democracia era uma ação penal que suprimia de fato a liberdade de palavra e a igualdade diante da lei, fazendo da dissidência política um delito passível de penalização não por parte dos poderes judiciários, mas por parte dos órgãos políticos”. Trata-se da *eisangelia*: “gravíssima era a lei, ainda mais grave era o seu mecanismo, totalmente *liberticida*, que investia a assembléia popular ou a *Boulè* da execução do processo, que comportava penas muito graves, que não excluía o exílio ou a morte” (LEVI, 1980, p. 240). Análise que ignora totalmente os princípios das práticas atenienses, e que tem por objetivo desvalorizar a liberdade antiga em benefício da “liberdade moderna”.

Nem sempre é fácil perceber aonde Levi quer chegar com a sua obstinação; ele retorna várias vezes ao caráter “ditatorial”: o poder de um estrategista que permanecia no governo, sem interrupção, num regime tal como esse, “só podia ser ditatorial, e não popular; e aqui temos de volta a definição do historiador Tucídides (...)” (LEVI, 1980, p. 240). Volto a insistir no fato de que Tucídides tinha falado de monarquia, mas cabe a questão: Levi é “contra” Péricles, apesar de se dar ao trabalho de escrever uma biografia sobre ele? Ou seria pela “ditadura” que ele pretende, em princípio, denunciar? A dúvida é legítima, pois o Péricles de Levi está longe de ser uma figura repugnante em todos os aspectos. Simplesmente, ele é, de certa forma, forçado a ser um mau governante, por um povo e por outros políticos ainda piores que ele (que era, entretanto, um ditador, segundo Levi): “Os acontecimentos externos, independentemente da vontade política de Péricles, não tardaram a mostrar as conseqüências de uma política cheia de contradições, de veleidades pouco claras e de atitudes de um particularismo fora de controle, que Péricles, não obstante sua mente genial e sua coragem, devia seguir para não perder o contato com as massas e para não se arriscar a ser vencido por demagogos menos dotados do que ele do sentido das responsabilidades e da moderação” (LEVI, 1980, p. 241).

Depois de Péricles, vejamos Atenas, qualificada por Levi de “a cidade-tirana” (LEVI, 1980, p. 243): “este modelo justifica plenamente o fato de que os gregos, naqueles anos, chamavam Atenas de ‘a cidade-tirana’, dada à manifesta imitação que era feita das construções e do urbanismo do poder aquemênida” (LEVI, 1980, p. 143). Podemos nos perguntar se a comparação persa é a melhor para explicar o programa urbanístico pericleano, mas a questão merece ser colocada, e Levi é um dos raros a tentá-lo. Com que intenção ele o faz é outro problema, aliás difícil de ser percebido. Com isso, Levi se lança na explicação do Império ateniense. Explica, por exemplo, o decreto monetário, por razões de pura busca de poder: “Atenas que, em substância, tinha dessa forma encontrado no decreto de Clearco um instrumento de grande eficácia para manter uma posição de completa submissão dos membros tributários da liga” (LEVI, 1980, p. 243). Enquanto que De Sanctis via, para além do poderio, um instrumento para uma possível unidade helênica, Levi só enxergava a relação de dominação. E ele retoma a comparação persa: “A organização tributária, a unidade monetária e metrológica, a destinação das reservas federais às obras públicas que deviam fazer de Atenas uma metrópole soberana, a obrigação de se recorrer aos tribunais atenienses para as causas dos aliados e entre aliados e atenienses, com a perspectiva evidente de que o tribunal heliástico julgaria com parcialidade e de forma unívoca, dando sempre razão aos atenienses e nunca dando razão aos ricos, tudo isso transformava realmente a Liga, que tinha perdido os órgãos e as práticas de uma federação, numa dominação ainda mais rígida e centralizada do que a dos Persas” (LEVI, 1980, p. 245). E ele vai mais adiante ainda: “Em substância, a *arché*, a dominação de Atenas, apresentava-se como uma opressão que de fato não era melhor que a dos Persas” (LEVI, 1980, p. 247). O império ateniense é posto no mesmo plano que a dominação persa, ou até pior; eis ainda outra estimativa que encontramos raramente nas análises do império ateniense, embora seja evidente que tal visão claramente negativa da Liga-império tenha um tom bem mais contemporâneo do que a de De Sanctis escrevendo em 1944 (DE SANCTIS, 1944, p. 170).

Sentimos uma verdadeira alegria em Levi a cada vez que ele pode se apoiar no Pseudo-Xenofonte: “Os acordos de que dão fé autênticos textos epigráficos, os juramentos e outros deveres religiosos, impostos num ambiente no qual a acusação de impiedade era ainda muito temida, mostram a que ponto as afirmações do texto ateniense de polêmica contemporânea

contra o governo demagógico não devem, de forma alguma, ser consideradas como exageradas” (LEVI, 1980, p. 248). Outra vez, e talvez ainda mais que o Pseudo-Xenofonte: para Levi, não há “democracia”, só há “demagogia” no regime ateniense. Atenas está realmente, para ele, colocada bem embaixo, na escala de avaliação das experiências históricas no campo político: “Poucas vezes na história, a opressão de uma potência dominante chegou ao ponto de privar os países dominados do poder judiciário exercido segundo suas próprias leis, tradições e usos. A idéia de unificação entre gente culturalmente e etnicamente próxima poderia ser ligada a uma explicação do comportamento *liberticida* da Atenas democrática, quando se trata da unidade do comando militar e de unidade do armamento marítimo tendo por objetivo o interesse comum de todas as etnias. Da mesma forma, há uma lógica evidente na unificação monetária e metrológica, ainda que a moeda única tenha sido um poderoso instrumento de dominação econômica entre as mãos de um governo composto de gente experimentada no comércio e nas finanças, como foram os atenienses” (LEVI, 1980, p. 245). O vocabulário de Levi é categórico: “poucas vezes na história”, “*liberticida*”, “instrumento de dominação”.

O que choca muitas vezes no texto de Levi não é tanto o conteúdo da análise; acerca do império, por exemplo, tendemos quase sempre a estar de acordo com ele. É mais a sua clara intenção de condenar Atenas. E de forma quase raivosa, por vezes, por exemplo, confundindo democracia e império, colocando sistematicamente Atenas numa posição de violadora das leis: “Como o governo popular tinha seu fundamento principal da inobservância da lei que excluía os tetras do exercício das funções públicas, da mesma forma a dominação ateniense derivava da violação sistemática dos acordos sobre os quais a Liga de Délos tinha sido fundada e que, com o uso da violência, tinham sido alterados unilateralmente” (LEVI, 1980, p. 250). O vocabulário da condenação moral muito violenta volta o tempo todo: “a dominação ateniense, então, não podia evitar ser odiosa a todos os que, nos países tributários, não tiravam vantagem dos serviços prestados aos atenienses ou de situações específicas de trabalho, de poder, ou de comércio. Havia, é verdade, entre eles elementos que realmente se vendiam depressa ao dominador ateniense, e não apenas homens dos governos estabelecidos pelos atenienses sob o nome de libertadores democráticos que, na realidade, não eram instrumentos de liberdade, mas de servidão e de prevaricação” (LEVI, 1980, p. 253). De pátria da liberdade, Atenas se torna cidade “fora da lei”.

De vez em quando, Atenas ou Péricles aparecem de forma positiva aos olhos de Levi e, em especial, ele amolece quando fala de Aspásia. Uma relação conjugal como a que vigorava nas famílias legítimas da época não poderia satisfazer Péricles: “Para um homem de grande capacidade e cultura como Péricles, a mulher legítima, pouco instruída, educada para levar uma vida à parte, não podia ser uma verdadeira companheira”. Aspásia sim, poderia, mas ela provocará reações: “essa mulher estrangeira e diferente das mulheres locais é por isso mesmo vista com desconfiança e também com ciúme”. Aspásia era diferente: “caso contrário, não teria recebido a admiração de tantos espíritos superiores, e entre eles Sócrates (...)” (LEVI, 1980, p. 259-260). Se ela é aprovada por Sócrates...

Muito atento aos aspectos culturais e religiosos, Levi faz questão de minimizar o papel de Péricles nas mudanças de sua época: “tudo isso significa que Péricles se encontrou envolvido numa transformação cultural, moral, social e, portanto, política, que já estava em curso e em fase de plena afirmação quando ele começou a emergir e a se impor sobre o conjunto dos dirigentes políticos” (LEVI, 1980, p. 272). Péricles faz, portanto, parte de uma “cultura pericleana”; ele não estaria tanto na origem causal da mesma. Levi até minimiza a novidade dos principais símbolos de tal cultura: “Já falamos da significação, no mundo antigo, da elevação do culto de Atena à condição de culto panhelênico, e qual pode ter sido a relação entre as grandes obras arquitetônicas atenienses e os modelos de Persépolis e das outras capitais dos Aquemênidas” (LEVI, 1980, p. 275). Nós nunca insistiremos suficientemente acerca do caráter muito inabitual de tal análise da Acrópole como pura imitação de Persépolis, que ele prolonga até às jóias do Pártenon: “A procissão panatenaica é o equivalente dos ornamentos de Persépolis, com a procissão dos portadores de tributo ao Rei por ocasião do ano novo” (LEVI, 1980, p. 275). É preciso reconhecer um outro aspecto de tal visão: é uma valorização da cultura “oriental” que daí resulta, e que teria sido insuportável para um historiador da geração anterior (DABDAB TRABULSI, 1998; DABDAB TRABULSI, 2001) ou, quem sabe, para o mesmo Levi, se ele tivesse escrito esse livro meio século mais cedo.

A cultura da Atenas pericleana era, para Levi, avançada e em ruptura com as crenças e os comportamentos tradicionais: “a concepção do poder, no apogeu da carreira de Péricles, respeitava a religião, mas tinha por preocupação excluir da política qualquer motivação de origem transcendente.

A *arché* ateniense se apresentava privada de motivações de legitimidade que podiam vir da transcendência” (LEVI, 1980, p. 279). O Péricles de Levi é um chefe “laico”. Tal liberação não teve apenas aspectos positivos, pois acabou se manifestando numa política de rara violência: “A Atenas pericleana se sentia forte, e pensava que sua força podia ser não apenas o instrumento, mas também a razão da servidão que ele queria impor aos outros. A força existia e levava a que fosse usada, e, portanto conduzia à violência, tanto no interior da pólis (dominação pela massa não-qualificada), quanto no exterior (dominação de todos os gregos, sua redução a tributários de uma única cidade)” (LEVI, 1980, p. 279). Tal regime suscitou reações até contra os seus mais geniais servidores. Levi explica o processo contra Fídias: “Um regime demagógico como o que governava Atenas levava a uma situação em que era muito fácil lançar graves acusações de motivação política contra personagens muito conhecidas que tivessem proximidade com Péricles e fossem consideradas como seus amigos” (LEVI, 1980, p. 284). Trata-se de um sistema no qual, mais uma vez, Levi só enxerga defeitos; nada parece bom aos seus olhos.

Quando, no livro, começa a chegar a hora de fazer um balanço, ele é obrigado a reconhecer alguns sucessos a Péricles, mas não sentimos qualquer forma de entusiasmo, como na maioria dos outros autores: “Péricles tinha conduzido sem descontinuidade, ano após ano, a política da cidade-Estado, beneficiando-se do prestígio e do poder de um rei sem coroa. Ele tinha conseguido dar a um país pobre de qualquer tipo de recurso um bem-estar sem precedentes na Grécia e fazer dos atenienses um povo que vivia em grande parte sem realizar um trabalho produtivo contínuo e pesado; ele tinha reforçado os laços da dominação ateniense e tinha aumentado a pressão tributária, tinha por todos os meios aumentado as rendas da cidade e, apesar disso, dava aos aliados vantagens materiais como compensação à sua submissão. A dracma ática tinha naqueles anos atingido a posição de moeda de referência e dominadora dos mercados, posição que iria conservar durante séculos” (LEVI, 1980, p. 292). Para Levi, em torno da figura de Péricles, na continuidade das figuras de Sólon e Pisístrato, novas dimensões e exemplos se introduziram na história de Atenas, dimensões e exemplos que se constituíram em ideais que viveram durante milênios, que foram recorrentes, “apesar de nem sempre destinados ao sucesso, como de resto aconteceu no próprio caso de Atenas” (LEVI, 1980, p. 292-293). Através dessa passagem muito importante, vemos que a reserva de Levi não se

refere apenas a Péricles ou à Atenas pericleana, mas se estende em direção do passado a tudo que a preparou, e também em direção ao futuro subsequente, até nós; e é nisso que suas críticas adquirem uma significação política mais profunda, de reticência, em relação ao papel da democracia na História.

À medida que se aproxima o final do livro, as opiniões de Levi se fazem mais explícitas e críticas: “a exaltação da democracia ateniense, atribuída por Tucídides a Péricles é (...) a reprodução teórica e irrealista de um mundo de utopia, que contrasta com o mundo real que aparece nos escritos contemporâneos e do século seguinte. Uma segurança econômica ilusória estava na origem da política demagógica dos homens de governo” (LEVI, 1980, p. 294). E ele se torna muito mais moralista na avaliação do “não-trabalho”: “Trabalho para todos, dinheiro fácil até para os que nem sempre tinham a intenção de trabalhar, isso tinha permitido aos homens de governo, entre os quais Péricles também, de fazer acreditar, e talvez até de acreditar de boa fé, que eles eram tão fortes que nenhuma força hostil teria podido impedir os atenienses de serem um povo dominador, uma cidade-tirano, como diziam os contemporâneos” (LEVI, 1980, p. 294).

Sobre a questão do trabalho e do não-trabalho, Levi tem uma opinião, mais uma vez, pouco habitual entre os especialistas da sociedade ateniense: “Numa cidade como Atenas, onde os escravos não eram menos de trinta mil, ou seja, provavelmente, um quarto da população, a generalização de suas fugas teria significado um cataclisma social. A própria democracia, mantendo os homens livres muito ocupados nas magistraturas, nas assembléias e nos tribunais, só era possível porque eles podiam alugar ou comprar escravos a um preço modesto” (LEVI, 1980, p. 315). Tal opinião é pouco comum no sentido de que ela combina uma avaliação minimalista do número de escravos na época de Péricles com uma opinião maximalista de sua importância para o funcionamento do regime democrático. Haveria muito a dizer acerca disso (DABDAB TRABULSI, 2006), mas aqui não é o lugar para isso.

Levi, por vezes, se coloca a si próprio em impasses de avaliação, considerando Péricles, a uma só vez como “rei sem coroa” e até “ditador”, e também como “não responsável” pela situação ateniense: “Péricles não pode ser considerado como responsável, nem para o bem nem para o mal, pela situação criada antes dele e fora dele. A política democrática tinha sido iniciada por Pisístrato, em parte até por Sólon, e tudo que tinha aconte-

tecido era apenas a conseqüência” (LEVI, 1980, p. 294). Curiosa avaliação. Observemos também este aspecto importante: para ele, até Sólon é culpado; ele se coloca, assim, numa posição até mais antidemocrática do que os atenienses adeptos da “constituição dos antepassados”, que tinham eleito Sólon como modelo ao qual se deveria retornar, e que estavam muito longe de ser verdadeiros democratas.

É verdade que a personalidade de Péricles, em si mesma, tem pontos positivos: “A superioridade de Péricles consistia no comedimento de todas as suas manifestações, na reserva do seu modo de vida, nos seus interesses culturais, que deram realmente a Atenas o patrimônio do primado intelectual que fez da cidade não apenas a escola da Hélade, como se dizia então, mas de toda a civilização clássica (...)”; mas isso não foi suficiente, pois “a demagogia, a política interna ruinosa, a escolha de uma política externa que levava fatalmente à guerra contra Esparta, não foram decisões de Péricles, e não era mais possível mudar tudo isso; mas ele fez tudo o que era possível para minimizar as conseqüências dos erros inevitáveis dessa orientação demagógica, cujas conseqüências perversas foram largamente e minuciosamente analisadas pelas gerações atenienses que vieram em seguida” (LEVI, 1980, p. 295). Péricles aparece como um moderador dos erros atenienses: ele até não é nem um pouco responsável pela guerra contra Esparta! Poucos historiadores estariam prontos a seguir Levi...

O conteúdo da política democrática ateniense não lhe agrada nem um pouco; ele, aliás, atribui, na sua bibliografia, uma grande (e, sem dúvida, reveladora) importância a um artigo pouco conhecido e com título eloqüente, de Luis Gil, sobre “A irresponsabilidade do Démos” (GIL, 1970)! Quando explica o conflito com Esparta, pende claramente desse lado: “Portanto, na base do confronto entre as duas ligas, havia uma atitude radicalmente contrastante sobre a totalidade da visão do mundo e da vida, no sentido em que a liga peloponésica tinha uma fundamental e difusa hostilidade contra as posições racionalistas e agnósticas em matéria de religião que caracterizavam a alta cultura ateniense, contra a liberdade e as inovações na fé das massas, contra a demagogia dos governos e as pretensões das camadas populares atenienses, contra as demonstrações ostentatórias do poder hegemônico e de soberana grandiosidade da ‘cidade-tirano’” (LEVI, 1980, p. 303). O resumo da posição da liga peloponésica retoma, de maneira muito completa, os argumentos de sua própria crítica antidemocrática ao longo do livro.

O “pobre” Péricles de Levi se encontra numa situação impossível, obrigado a compor com a pressão das massas incapazes: “Em política externa, Péricles estava numa posição delicada, pois ele devia levar em conta a opinião das massas exaltadas pelos demagogos e incapazes de entender as complexidades das relações exteriores (...) Péricles, ao contrário, tinha uma posição política pessoal muito segura e respeitável, de maneira a não precisar adular demagogicamente as massas (...) Já em outras ocasiões tinha-se visto Péricles ter a coragem de desafiar a impopularidade para aconselhar soluções inspiradas pela prudência e pela avaliação de todos os elementos dos problemas” (LEVI, 1980, p. 312).

Num artigo em que comentava uma publicação sobre o fascismo, Mariella Cagnetta explicava a emergência do intelectual fascista, um novo tipo de intelectual “que marcava seu desacordo em relação às instâncias igualitárias defendidas pelo movimento operário, longe dos ideais de elevação cultural e moral das massas, ele se opunha a elas em nome de ideologias elitistas que desembocavam naturalmente no autoritarismo fascista. A hostilidade em relação aos princípios de igualdade em nome dos valores ‘aristocráticos’ do pensamento é, desde sempre, uma das linhas mestras das concepções políticas conservadoras, ou francamente reacionárias” (CAGNETTA, 1994, p. 151). Poderíamos dificilmente encontrar uma análise mais apropriada para explicar um certo número de tomadas de posição de Levi no livro sobre Péricles. Por vezes, as pessoas podem mudar e se adaptar ao mundo que muda, mas algumas convicções profundas da juventude ficam de tocaia, esperando qualquer ocasião para reemergir, ainda que dezenas de anos depois.

As contradições das relações entre Péricles e a democracia se encontram ainda na análise que ele faz do processo contra Aspásia. Levi considera, como vimos, Aspásia de maneira positiva. Isso permite a ele mostrar uma contradição em Péricles: um monarca que não quer se mostrar superior e não quer fazer uso dos instrumentos de sua superioridade, acaba se colocando em dificuldade diante dos inferiores: “a contradição em ação entre desigualdade de fato e igualdade legal e proclamada expunha Péricles às insinuações, à suspeita e à difamação” (LEVI, 1980, p. 329).

Eis alguns dos aspectos que me pareceram importantes no exame deste “Péricles” de Levi, no qual, no final de sua vida, muitas de suas convicções enquanto homem, cidadão e historiador acabam encontrando uma expres-

são no “espelho” do chefe democrático da Atenas clássica, e no qual nós podemos perceber também os traços deixados por algumas das suas experiências de vida e, sobretudo, de juventude.

Bibliografia

- ACCAME, S. **Gaetano De Sanctis fra cultura e politica**. Florença, 1975.
- BANDELLI, G. Imperialismo, colonialismo e questione sociale in Gaetano De Sanctis (1887-1921). **Quaderni di storia**, 12, p. 83-126, 1980.
- CAGNETTA, M. Democrazia come “disgusto”: fra tradizione classica e propaganda. **Quaderni di storia**, 40, p. 151-159, 1994.
- CAGNETTA, M. Il mito di Augusto e la “rivoluzione” fascista. **Quaderni di storia**, 3, p. 139-181, 1976.
- _____. Pais e il nazionalismo. **Quaderni di storia**, 39, p.209-225, 1994.
- _____. Resenha de CALANDRA, G. Gentile e il fascismo. **Quaderni di storia**, 27, p. 169-176, 1988.
- CANFORA, L. Classicismo e fascismo, **Quaderni di storia**, 3, p. 15-48, 1976.
- _____. **Ideologías de los estudios clásicos**. Madri: Akal, 1991.
- DABDAB TRABULSI, J.A. **La “cité grecque” positiviste. Anatomie d’un modèle historiographique**. Paris: L’Harmattan, 2001.
- _____. **Participation directe et démocratie grecque. Une histoire exemplaire?** Besançon: Pufc, 2006.
- _____. **Religion grecque et politique française au XIX siècle. Dionysos et Marianne**. Paris: L’Harmattan, 1998.
- GIL, L. La irresponsabilidad del *Demos*. **Emerita**, 38, p. 352-373, 1970.
- LEVI, M.-A. **Augusto**, Roma: Formiggini, 1929.
- _____. Gaetano De Sanctis fra imperialismo e nazionalismo. **Ktèma**, 7, p. 161-165, 1982.
- _____. **Il tempo di Augusto**. Florença: La Nuova Italia, 1951.
- _____. **Ottaviano capoparte**. Florença: La Nuova Italia, 1933.
- _____. **Pericle. Un uomo, un regime, una cultura**, Milão: Rusconi, 1980.

- MOMIGLIANO, A. In memoria di Gaetano De Sanctis. *In: Secondo Contributo alla storia degli studi classici*. Roma, 1960.
- PERELLI, L. Sul culto fascista della “Romanità”. *Quaderni di storia*, 5, p. 197-224, 1977.
- PIOVAN, D. Tucidide, Momigliano e lo storicismo. *Quaderni di storia*, 45, p. 49-80, 1997.
- POLVERINI, L. De Sanctis recensore. *Annali della Scuola Normale Superiori di Pisa*, N.S., III, 1973.
- SANCTIS, G. DE *Atthis. Storia della repubblica ateniese*. Roma, 1898.
- _____. *Pericle*. Milão-Messina: Principato, 1944.
- _____. *Ricordi della mia vita*. Organizado por S. Accame. Florence, 1970.
- _____. *Storia dei romani*. Tome III. Turim, 1916-1917.
- _____. *Storia dei romani*. Tome IV. Turim, 1923.
- _____. *DE Storia dei romani*. Tomes I et II. Turim, 1907.
- TREVES, P. De Sanctis e il partito popolare. *Quaderni di storia*, 37, p. 127-128, 1993.